



# Município de Constância

## **Câmara Municipal**

### **Ata n.º 2/2014**

Data da Reunião Ordinária – 16 de janeiro de 2014

Início da Reunião 15.00 horas

Térmo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Daniel Freire da Encarnação Martins

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 16 de janeiro de 2014, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

## 1. EXPEDIENTE -----

1.1 - 24.ª Alteração ao Orçamento e 21.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

1.2 - 25.ª Alteração ao Orçamento e 22.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

1.3 - 26.ª Alteração ao Orçamento -----

1.4 - Inspeção Geral de Finanças - Auditoria ao Município de Constância - Controlo da Contratação Pública na Administração Local Autárquica (2.2.7) -----

## 2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

## 3. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL -----

3.1 - Programa Viver Constância - Abertura da Edição de 2014 -----

## 4. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

4.1 - Concessão de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos - Apoio Financeiro a Estudantes do Ensino Superior -----

4.2 - Pedido da Empresa GERTAL - Confeção de refeições extra no Centro Escolar de Santa Margarida -----

## 5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

5.1 - Clube Estrela Verde - Protocolo de Colaboração, Parceria e Cooperação para o Desenvolvimento da Modalidade de Hóquei em Patins (7.1.4.2) -----

## 6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

6.1 - Informação Cartográfica disponibilização no Mapas Sapo e em Outros Serviços do Género -----

6.2 - Transladação de Ossadas para o Cemitério de Paranhos - Isenção de taxas e reversão do coval a favor do município -----

6.3 - Parecer prévio vinculativo - prestação de serviços - Consultadoria na área financeira ----

6.4 - Protocolo de Gestão e Manutenção do Canil / Gatil Intermunicipal -----

## 7. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

## 8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----



**CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**  
**ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014**

Constância, 16 de janeiro de 2014

A PRESIDENTE DA CÂMARA,

  
\_\_\_\_\_  
(Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim)



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e catorze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Daniel Freire da Encarnação Martins, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio Oliveira Cristóvão. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas. -

### ANTES DA ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente solicitou a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos referente ao seguinte assunto: “Clube Estrela Verde - Protocolo de colaboração, parceria e cooperação para o desenvolvimento da modalidade de hóquei em patins”.-----

Foi aceite por unanimidade.-----

*Voto de Pesar:* “O Executivo da Câmara Municipal de Constância, recebeu consternado a notícia do falecimento no dia 04 de janeiro, da ex. Vereadora e atual líder da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Constância, Margarida Maria da Costa Alves Veríssimo. -----

Neste momento de dor, queremos expressar o nosso profundo pesar e enorme tristeza e realçar o legado dos bons exemplos e da política exemplar que deixou para todos nós. -----

A sua coragem e força de vontade contra a doença que a afligiu comoveu-nos. Hoje choramos a perda de uma grande mulher e de um exemplo de vida e superação. -----

Assim, o executivo presta solidariedade aos seus familiares e amigos, assim como ao Partido Socialista, rogando a Deus que conforte e alivie a dor de tão expressiva perda.” -----

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador António Luís Fernando Mendes do Partido Socialista:* “Trânsito na rua da Arroçada de Cima, em Constância – O que é que a Câmara Municipal está a pensar fazer em relação ao trânsito naquela rua?-----

Deverá ser feito um Regulamento Municipal de Trânsito, de forma a colmatar alguns problemas que se verificam na Vila.-----

Gostaria que me fosse facultada uma relação das habitações sociais do Concelho, bem como, o valor das rendas”.-----

A Senhora Presidente esclareceu o seguinte: “Chegou à Câmara Municipal um ofício assinado por vários moradores da rua da Arroçada de Cima, com conhecimento de outros moradores a solicitar a intervenção da autarquia na resolução de vários problemas,



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

nomeadamente, estacionamento, excesso de velocidade, bem como falta de visibilidade. Assim, pensa-se interditar o trânsito no sentido descendente devido à elevada inclinação daquela rua de forma a resolver aquela situação”.

O Executivo é de parecer que deveria interditar a circulação no sentido descendente da rua da Arroçada de Cima e proibir o estacionamento na mesma rua do lado direito no sentido ascendente.

A Senhora Presidente informou que foi pedido à GNR de Constância sugestões com vista a melhorar a circulação do trânsito no Concelho.

*Questões colocadas pelo Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias do Partido Socialista:* “Campo de Futebol de Montalvo - previsão do início da obra.

Centro de Dia de Montalvo – Ponto de situação.

Sanitários públicos com valência de duche deverão ser melhorados”.

A Senhora Presidente prestou os esclarecimentos necessários.

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

## ORDEM DO DIA

### 1. EXPEDIENTE

**1.1 - 24.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 21.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR):** Foi presente 24.ª Alteração ao Orçamento e 21.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do ano 2013.

**1.2 - 25.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 22.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR):** Foi presente 25.ª Alteração ao Orçamento e 22.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR).

**1.3 - 26.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO:** Foi presente 26.ª Alteração ao Orçamento.

**1.4 - INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS:** “Ofício n.º3468, datado de 30 de dezembro de 2013, comunicando que a Inspeção Geral de Finanças irá realizar no dia 3 de janeiro de 2014, uma auditoria no Município de Constância, inserida no projeto “Controlo da Contratação Pública na Administração Local Autárquica.”

### 2. BALANCETE E PAGAMENTOS

**2.1 – BALANCETE:** A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 15 de janeiro de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos em euros:



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

**Em Cofre:** € 2.951,78 (dois mil novecentos e cinquenta e um euro e setenta e oito cêntimos); **Instituições de Crédito:** € 708.660,99 (setecentos e oito mil seiscentos e sessenta euros e noventa e nove cêntimos); **Aplicações de Tesouraria:** € 4.533,50 (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos); **Soma:** € 716.861,27 (setecentos e dezasseis mil oitocentos e sessenta e um euro e vinte sete cêntimos); **Em Documentos:** € 17.159,21 (dezassete mil cento e cinquenta e nove euros e vinte e um cêntimos); **TOTAL:** € 734.020,48 (setecentos e trinta e quatro mil vinte euros e quarenta e oito cêntimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro:** - **Receitas Próprias:** € 597.268,38 (quinhentos e noventa e sete mil duzentos e sessenta e oito euros e trinta e oito cêntimos); - **Operações de Tesouraria:** € 119.592,89 (cento e dezanove mil quinhentos e noventa e dois euros e oitenta e nove cêntimos). -----

## **2.2 – PAGAMENTOS** -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 30/12/2013 a 10/01/2014, na importância global de € 129.348,86 (cento e vinte e nove mil trezentos e quarenta e oito euros e oitenta e seis cêntimos). -----

## **3. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL** -----

### **3.1 - PROGRAMA VIVER CONSTÂNCIA - ABERTURA DA EDIÇÃO DE 2014** -----

INFORMAÇÃO: “Devido a alguns motivos de ordem técnica não foi possível abrir concurso para o Programa Viver Constância no ano 2013. Assim, sugere-se que se proceda à abertura de aviso com data de entrega das candidaturas entre 3 e 28 de fevereiro 2014. -----

Relativamente às patologias/necessidades a apoiar sugerem-se as instalações sanitárias e a adaptação das habitações para moradores portadores de deficiência ou com mobilidade condicionada.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a abertura do Concurso para o Programa Viver Constância – Abertura da Edição de 2014. -----

## **4. EDUCAÇÃO E ENSINO** -----

### **4.1 - CONCESSÃO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR** -----

INFORMAÇÃO: “Na sequência do *terminus* do prazo estabelecido para a entrega das candidaturas no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio a Estudantes do Ensino Superior, reuniu a Comissão de Análise nomeada pela Câmara Municipal, de acordo com o



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

ponto um do artigo 13º do referido regulamento, cuja ata se encontra arquivada no respetivo processo. -----

Da análise das 19 candidaturas, verificou-se que, após a aplicação dos critérios estabelecidos no regulamento e de acordo com os valores das capitações aprovados em reunião de câmara de 7 de novembro de 2013, todas são suscetíveis de apoio, tendo no entanto surgido a dúvida sobre a admissão ou não da candidatura da aluna Ana Filipa de Jesus Pereira, uma vez que se encontra a repetir o 3º ano da licenciatura de história e, atendendo ao plasmado na alínea d) do ponto 2 do artigo 3º do Regulamento, se solicitou um certificado de notas acompanhado por uma justificação, a ser analisado, ficando até então a candidatura condicionada. -----

Assim, tendo em consideração a ata da comissão de análise, propõe-se: -----

- Que todas as candidaturas se inserem nas capitações suscetíveis de apoio, e que a verba definida para o efeito - €7.500,00, não sendo suficiente, seja reforçada a respetiva rubrica com €4.200,00, permitindo assim conceder apoio a todos os estudantes candidatos, da seguinte forma: -----

Nome	Capitações	Valor da Bolsa
Miguel Ângelo Calado Antunes	€1.261,00	€900,00
Rúben Alexandre Caldelas Gaspar	€1.658,86	€900,00
Rodrigo António Lopes	€1.722,54	€900,00
Cíntia Isabel Venâncio Louro	€3.763,70	€600,00
Daniel Filipe Zambujo Couto	€4.080,93	€600,00
David Miguel Martins da Silva	€4.124,86	€600,00
Adriana Jacinto da Silva	€4.812,27	€600,00
Sílvia Pratas Branco	€5.050,25	€600,00
Ana Rita dos Santos Caldeira	€5.054,07	€600,00
Inês Damásio Mendonça	€5.123,33	€600,00
André Vicente Xavier	€5.224,52	€600,00
Adriana Filipa Cordeiro Tomé	€5.740,56	€600,00
Alexandre Emanuel Ramos Marques	€6.003,05	€600,00
Tatiana Cristina do Carmo Lopes	€6.207,84	€600,00
Ângela Isabel Duarte Palácio	€6.805,52	€600,00
Neuza Filipe Milagaia	€7.628,85	€600,00
Élia Farinha Veríssimo	€8.321,99	€600,00
Joana Filipa Miguel Freire	€9.800,86	€600,00
TOTAL		€11.700,00

- Que o apoio a conceder seja efetuado em duas tranches iguais, respetivamente em fevereiro e em maio de 2014. -----

Mais se informa que a documentação que suporta a presente informação está disponível nos termos do ponto 4 do artigo 4º do Regimento da Câmara.” -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a concessão de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos – Apoio Financeiro a Estudantes do Ensino Superior, nos termos da informação prestada. -----

### **4.2 - PEDIDO DA EMPRESA GERTAL - CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES EXTRA NO CENTRO ESCOLAR DE SANTA MARGARIDA** -----

INFORMAÇÃO: “A GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., iniciou a sua atividade em 1973, num serviço de restauração, e atua em diversos sectores nomeadamente em refeitórios escolares. De facto, esta empresa é atualmente responsável pela confeção de refeições escolares para as crianças do pré-escolar e 1º ciclo do concelho, efetuando a sua confeção na cozinha do Centro Escolar de Santa Margarida. -----

A 13 de janeiro foi proposto a esta autarquia que sejam confeccionadas, na cozinha do Centro Escolar de Santa Margarida refeições para o Município da Chamusca. O número de refeições por escola e por dia são os constantes na tabela infra, resultando numa média de 260 refeições/dia: -----

		2ª f	3ª f	4ª f	5ª f	6ª f
1229	EB CHAMUSCA	105	109	106	107	108
1559	EB CARREQUEIRA	51	50	41	52	51
1556	EB PINHEIRO GRANDE	12	12	12	12	12
1556	JI PINHEIRO GRANDE	9	9	9	9	9
1558	JI CARREQUEIRA	27	26	27	26	25
1560	JI CHAMUSCA	57	48	54	60	57

Na proposta emanada pela empresa Gertal enuncia-se uma contrapartida financeira pela utilização da cozinha do Centro Escolar, isto é, propõe-se uma retribuição de 0,23€ por cada refeição confeccionada para o Município da Chamusca. Na referida proposta menciona-se que toda a logística associada a este serviço será da responsabilidade da Gertal, bem como da colocação de pessoal necessário para assegurar a confeção das refeições extra. -----

Face ao exposto, e caso V. Exa. aceite a referida proposta sugere-se que a supra citada empresa remeta a esta autarquia mensalmente o número total de refeições extra confeccionadas, para emissão de fatura por parte dos nossos serviços para posterior pagamento. Saliente-se que a supra citada proposta não acarretará despesas diretas a esta Autarquia, daí que valor pago contribuirá para eventual desgaste de materiais, água, gás e eletricidade.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a confeção de refeições extra no Centro Escolar de Santa Margarida. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

O Vereador Daniel Martins não participou na discussão e votação deste assunto, apresentando a seguinte Declaração de Impedimento: “Os impedimentos são um corolário do princípio constitucional – artigo 266º n.º 2 da CRP «Os órgãos e agentes administrativos estão subordinados à Constituição e à lei devem atuar, no exercício das suas funções, com respeito pelos princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé». -----

Assim, os impedimentos são um dos corolários do princípio da imparcialidade e implicam a proibição dos órgãos e agentes da administração tomarem decisões sobre assuntos em que estejam pessoalmente interessados, de forma direta ou indireta, bem como de celebrarem ou tomarem parte em contratos celebrados com a administração. Com os impedimentos o titular do órgão fica impedido de atuar não por razões abstratas que se prendam ao próprio cargo mas por razões concretas que respeitam à própria pessoa que ocupa um determinado cargo e aos interesses que ele possa ter naquela decisão. -----

Tendo em conta o referido em cima, EU, DANIEL FREIRE DA ENCARNÇÃO MARTINS, com n.º de identificação 11934165, venho por este meio apresentar a declaração de impedimento para votação dos assuntos 4.2 (quatro ponto dois) a discussão na reunião ordinária de Executivo da Câmara Municipal de Constância onde exerço as funções de Vereador e Vice-Presidente, faço-o tendo em conta que poderá ser entendido como um ato que não vá ao encontro do princípio Constitucional da Imparcialidade que, como Ser Humano e Eleito, devo cumprir”. -----

### -----5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

**5.1 – CLUBE ESTRELA VERDE – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, PARCERIA E COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA MODALIDADE DE HÓQUEI EM PATINS:** Foi presente Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Constância e o Clube Estrela Verde, referente à Modalidade de Hóquei em Patins. -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo. -----

### -----6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

**6.1 - INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA DISPONIBILIZAÇÃO NO MAPAS SAPO E EM OUTROS SERVIÇOS DO GÉNERO** -----

INFORMAÇÃO DA DMST: “Em referência ao assunto supracitado, tendo como base a informação técnica prestada pelo técnico superior de SIG que se anexa e de acordo o despacho da Exma. Sr.ª Presidente da Câmara a autorizar a colaboração deste Município, no sentido de prestar informação cartográfica complementar àquela que já está disponível no



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

SIG do SAPO, proponho que seja submetida à aprovação do executivo camarário, a minuta do protocolo de parceria a estabelecer com a PT, nos termos e condições do conteúdo das respetivas cláusulas que fazem parte integrante do mesmo, cujo modelo igualmente se junta.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Protocolo de parceria a estabelecer com a PT. -----

### **6.2 - TRASLADAÇÃO DE OSSADAS PARA O CEMITÉRIO DE PARANHOS - ISENÇÃO DE TAXAS E REVERSÃO DO COVAL A FAVOR DO MUNICÍPIO** -----

INFORMAÇÃO DO NÚCLEO DE EXPEDIENTE GERAL: “Matilde da Conceição Machado Passos Cruz Oliveira, residente na Rua Coutinho de Azevedo, n.º 352 – 3.º Dto., Porto, através de requerimento, requer autorização para a trasladação dos restos mortais de José Manuel Machado Passos, Maria Marques Machado Passos e Fernando Ribeiro Passos, que se encontram sepultados no coval n.º 22 do Cemitério Municipal de Constância, para o Cemitério Paroquial de Paranhos – Porto. -----

A referida sepultura é propriedade da própria, conforme se pode verificar pelo alvará. -----

A signatária informa ainda que, pretende prescindir do direito de posse da referida sepultura, deixando-a para a Câmara Municipal, solicitando a isenção das taxas referentes à trasladação. -----

Informo que o valor de uma sepultura é de 330,90 € e a trasladação é de 158,60 €.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar as taxas referentes à trasladação, bem como, aprovar a reversão do coval n.º 22 a favor do Município. -----

### **6.3 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSULTADORIA NA ÁREA FINANCEIRA** -----

INFORMAÇÃO DO GABINETE DE APOIO À PRESIDENTE: “Considerando que: -----  
à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, o Orçamento de Estado para 2014 prevê normas muito específicas para a área financeira; -----  
é de todo imprescindível dar continuidade a uma consultadoria externa na área financeira, com o objetivo de acompanhar e operacionalizar as normas constantes do Orçamento de Estado para 2014, a qual deverá incidir sobre as seguintes especificações técnicas: -----

1. Aprofundamento e diversificação da metodologia de trabalho desenvolvida ao longo de 2013; -----
2. Revisão e aprofundamento da contabilidade de custos; -----
3. Acompanhamento da conta atendendo a que as mesmas passam a ser objeto de auditoria por revisor oficial de contas; -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

4. Apoio e acompanhamento aos reportes do SIIAL avaliando o cumprimento das restrições impostas na nova lei de finanças locais e na LOE. -----
5. Acompanhamento das situações tributárias, em especial em matéria de reporte do SAF-T; -----
6. Acompanhamento personalizado dos funcionários no desenvolvimento das suas tarefas com respeito pela sua responsabilidade e autonomia; -----
7. Reuniões de trabalho com os eleitos; -----

durante o ano de 2014, se prevê a ausência de duas técnicas superiores do Núcleo de Finanças e Contabilidade da Divisão Municipal Administrativa e Financeira (uma por razões de aposentação, outra temporariamente por licença de maternidade); -----

Perante o exposto, sugere-se que seja desenvolvido o procedimento com vista a contratar uma consultadoria técnica, pelo período 1 (um) ano, renovável nos termos da Lei, para prestação dos serviços supramencionados. -----

De acordo com a auscultação de mercado já efetuada, sugere-se o envio de convite à empresa Pocalentejo - Apoio Contabilístico, Fiscal e Informático no Âmb. Pocal, Lda, calculando-se que o preço dos serviços seja de 1 500,00 €/mensais +IVA.” -----

INFORMAÇÃO DO APROVISIONAMENTO E GESTÃO DE STOCKS: “O Orçamento de Estado para 2014, prevê normas bastante apertadas na área financeira. -----

Considera-se imprescindível o recurso a uma consultadoria externa com o objetivo de desenvolver trabalhos na área identificada em epígrafe. -----

De acordo com o estabelecido na alínea b) do ponto 4, do art.º 73º, conjugado com o ponto 10, do mesmo artigo, ambos da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, por órgãos abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de Aquisição de Serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica, e a regular por portaria do membro do governo. -----

Nestes termos e de acordo com o n.º 11 do art.º 73 da Lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro, nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009. -----

Ora, o problema reside no facto da Portaria referida no parágrafo anterior não ter sido objeto de publicação, desconhecendo-se desta forma a tramitação e termos do referido parecer. -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

Face ao exposto, verifica-se a necessidade de contratar uma consultoria técnica para aquisição de serviços, para o desenvolvimento da função em epígrafe, e cujo teor das mesmas, passo a especificar: -----

- Aprofundamento e diversificação da metodologia de trabalho desenvolvida ao longo de 2013; -----
- Revisão e acompanhamento da contabilidade de custos; -----
- Acompanhamento da conta atendendo a que as mesmas passam a ser objeto de auditoria por revisor oficial de contas; -----
- Apoio e acompanhamento aos reportes do SIIAL avaliando o cumprimento das restrições impostas na nossa lei das finanças locais e na LOE; -----
- Acompanhamento das situações tributárias, em especial em matéria de reporte do SAF-T; -
- Acompanhamento personalizado dos funcionários no desenvolvimento das suas tarefas com respeito pela sua responsabilidade e autonomia; -----
- Reuniões de trabalho com o Executivo Municipal. -----

A celebração do presente contrato visa a prestação de trabalho não subordinado, porquanto a contraparte é pessoa coletiva que age de forma autónoma e independente, sendo que para o desenvolvimento das referidas funções, o prestador de serviços deverá desenvolver a sua função preponderantemente no Município, e complementarmente com acompanhamento à distância e não estará sujeito ao cumprimento de qualquer horário de trabalho. -----

As funções objeto do contrato serão desenvolvidas de forma autónoma e independente, sem qualquer subordinação aos serviços da autarquia. -----

Pelo exposto, a prestação destas funções por recurso a uma modalidade de relação jurídica de emprego público constituída ou a constituir, torna-se inconveniente, pois estas não permitiriam a prestação de um trabalho independente, limitando o âmbito de atuação pretendido. -----

Quanto à inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, o nº 2 do artigo 33-A da Lei nº 53/2006, de 7 de dezembro, conjugado com o nº 3 do artigo 3º da portaria nº 9/202, de 10 de janeiro, deixa antever que a obrigação de demonstração da inexistência deste pessoal entra em vigor nos termos e nas condições previstas na Portaria, publicação esta que ainda não ocorreu. -----

O contrato a celebrar, terá a duração de 12 meses, renovável nos termos da lei, até ao limite do preceituado no ponto 1 do artigo 440º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo nº 451º do citado código. -----



# CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

O preço base estabelecido para a presente prestação de serviços é de 18.000,00 €, distribuído por 12 mensalidades de 1.500,00 €/cada, sendo aplicada a redução remuneratória prevista no artigo 73º da Lei 83 – C / 2013, de 31 de dezembro (LOE). -----

Tratando-se de um contrato de prestação de serviços com característica de avença aplica-se a fórmula definida no nº 4 do artº 33º da já citada Lei 83 – C / 2013. -----

Face ao estabelecido nos números anteriores o valor final do contrato é de 16.542,00 €, distribuído por 12 mensalidades de 1.378,50 €. -----

Para efeitos do previsto no artº 38º do Código dos Contratos Públicos, propõe-se, face ao valor estimado de 16.542,00 € (acrescido de IVA à taxa legal em vigor), a realização de um procedimento de Ajuste Direto em Regime Normal, nos termos do preceituado na alínea a) do nº 1, do artº 20º do Código dos Contratos Públicos, com convite à empresa POCALENTEJO - APOIO CONTABILÍSTICO, FISCAL E INFORMÁTICO NO ÂMB. POCAL, LDA. -----

O presente contrato é essencial à prossecução das atribuições dos serviços, pelos motivos expostos no objeto do contrato.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo – prestação de serviços – consultadoria na área financeira. -----

## **6.4 – PROTOCOLO DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO CANIL/GATIL INTERMUNICIPAL** -----

INFORMAÇÃO: “Na reunião do dia 10/01/2014 entre os Municípios de Abrantes, Constância e Sardoal sobre o canil/gatil intermunicipal, e dando sequência ao n.º 6 da cláusula n.º 4 do Protocolo de gestão e manutenção daquela infraestrutura, foi do consenso dos três representantes dos Municípios manter o subsídio de 4.200,00 Euros, valor praticado no ano transato.” -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2012, de 12 de setembro, manter o subsídio de 4.200,00 Euros, valor praticado no ano transato. -----

## **7. APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

## **8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO** -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 2/2014 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16-01-2014

E não havendo mais nada a tratar a Senhora Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pela Excelentíssima Senhora Presidente e por mim *Jes Silvério*, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

A Presidente da Câmara,

*Júlia Aurim*

A Coordenadora Técnica,

*Jes Silvério*